



Fonte: IBGE, Atlas geográfico escolar, 8. ed. Rio de Janeiro, 2018. Adaptação.

Rússia

Se necessário, retome os conceitos de socialismo e capitalismo e solicite aos alunos que diferenciem um sistema do outro. Verifique se há lacunas no entendimento deles e retome os pontos essenciais que caracterizam cada sistema.

O regime socialista foi instituído na Rússia em 1917, após a Revolução Bolchevique. De 1917 a 1922, várias repúblicas foram agregadas a esse país, dando origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Observe, no mapa a seguir, quais foram esses países.



ATLAS da história do mundo: história completa da jornada humana. 2. ed. Londres: Dorling Kindersley, 2005. p. 214-215. Adaptação.

Na Europa, a expansão do domínio geopolítico da URSS aconteceu no fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Os soviéticos, que eram aliados dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França, tiveram papel decisivo na derrota da Alemanha. Nos acordos realizados após a guerra, a União Soviética garantiu sua hegemonia sobre os países do Leste Europeu, que adotaram o sistema socialista.

O Estado soviético foi centralizador e autoritário, basicamente estruturado em torno de sua principal república, a Rússia. A economia também era planejada pelo governo soviético, que decidia o que cada país produziria, em que quantidade, em qual região do território, entre outras determinações.

A partir da década de 1970, a economia soviética começou a mostrar sinais de retração, e o Estado foi perdendo sua capacidade de gerar riqueza e de investir. Além disso, as empresas não tinham autonomia para melhorar a qualidade dos bens produzidos e aumentar a produtividade, pois dependiam do poder central. Essa conjuntura começou a gerar insatisfação.

Em 1985, o governo soviético, com a liderança de Mikhail Gorbachev, iniciou uma série de reformas políticas (*glasnost*) e econômicas (*perestroika*). O objetivo era tirar a União Soviética da estagnação e recolocá-la, ao lado dos Estados Unidos, no comando econômico e geopolítico mundial.

Gorbachev enfrentou pressões dos segmentos mais radicais da sociedade, que queriam mudanças mais rápidas e profundas, e da chamada "linha dura", formada basicamente por militares. Em 1991, ele sofreu uma tentativa de golpe de Estado pela "linha dura", que fracassou por causa da resistência popular, mas antecipou o fim da União Soviética. Demonstrando sinais de que já não tinha condições políticas de continuar governando, o presidente renunciou no fim de 1991, logo após os Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) terem declarado independência.

Foi inevitável a independência das demais repúblicas. Em 21 de dezembro de 1991, em Almaty, então capital do Cazaquistão (atualmente a capital é Astana), foi firmado um acordo pela extinção da União Soviética.

Após a extinção da URSS, a Rússia enfrentou sérios problemas políticos e econômicos. A transição do sistema socialista para a economia de mercado foi um processo difícil, após tantas décadas de intervenção estatal. Ao mesmo tempo, as tensões geopolíticas resultantes de conflitos étnicos nos países que formavam a antiga URSS repercutiram no país. Além disso, com a dissolução da república, muitos desses países se integraram à União Europeia (formada em 1994) e também à **Organização do Tratado do Atlântico Norte** (Otan), como Polônia, Hungria e os Países Bálticos, entre outros. Esses fatores abalaram o papel da Rússia como uma potência regional.

Acordo militar criado em 1949, no contexto da Guerra Fria. Nesse período, a Otan objetivava proteger e defender a região do Atlântico Norte contra os ataques do bloco socialista.



Escultura representando a estrela-símbolo da Otan, em frente à sede da organização em Bruxelas, Bélgica, 2019. Ao fundo, as bandeiras dos países participantes

A criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), criada em 1991, foi fundamental para a Rússia manter parte de sua área de influência. A CEI constitui uma organização de cooperação entre alguns dos países que obtiveram sua independência após terem integrado durante décadas a União Soviética. São eles: Rússia, Ucrânia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. O fator principal para a formação da comunidade foi a grande interdependência e a necessidade de complementaridade de seus participantes, especialmente da Rússia, que fornece equipamentos e tecnologia.



Fonte: PERTHES world atlas, Alemanha: Klett-Perthes Verlag, 2006. Adaptação.

Para consolidar sua influência geopolítica, a Rússia apostou especialmente no controle dos recursos energéticos, que são abundantes em seu território. Nesse sentido, o país se favoreceu porque a Europa depende do petróleo e do gás natural dele provenientes. A Rússia é o maior fornecedor de gás natural da Europa, que chega ao continente por gasodutos, dando-lhe uma condição privilegiada no cenário mundial. Por exemplo, 40% do gás natural consumido na Alemanha vem do território russo.

Um dos grandes movimentos geopolíticos russos foi sua aproximação com a China, segunda maior economia do mundo. Isso se consolidou principalmente a partir de 2013, com a criação da Organização para a Cooperação de Xangai, formada por Rússia, China, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Essa organização, pelo seu caráter não apenas econômico e cultural, mas também estratégico e militar, foi um passo importante para a Rússia – e para a China – contrabalançar a supremacia militar dos Estados Unidos.

No entanto, para retomar sua posição de grande potência, a Rússia exerce influência na política interna de alguns países da região, apoiando-os militarmente em situações de conflito. Um dos casos mais emblemáticos e recentes é a intervenção russa na Ucrânia, pela anexação da região da Crimeia em 2014. Para entender melhor essa questão, leia o texto a seguir.

Como vimos, esse conflito envolve tanto diferenças étnico-culturais quanto comerciais, pois as fontes energéticas russas que abastecem boa parte da Europa chegam por oleodutos e gasodutos que atravessam a Ucrânia, que sofre influências tanto europeias quanto russas. Desde o conflito, a situação permanece indefinida. A Rússia considera a Crimeia uma de suas repúblicas autônomas, e a Ucrânia e diversos países consideram essa anexação ilegítima. Assim, oficialmente, a Crimeia ainda faz parte da Ucrânia e, como retaliação, a Rússia passou a ter diversas sanções econômicas. No fim de 2019, o Conselho Europeu decidiu estender as sanções contra o país por mais seis meses, que incluem, entre outras medidas, a proibição da venda de armamentos para a Rússia e a exclusão de seus bancos públicos do setor financeiro europeu.



Central de passagem e distribuição de gasodutos entre a Rússia continental e a Península da Crimeia, 2017.

Iugoslávia [1] Supostão de desmontagem do cristadão.

A Iugoslávia se tornou um país depois da Primeira Guerra Mundial, com a reunião de diferentes povos e quase duas dezenas de minorias étnicas. Para acomodar tamanha diversidade, formou-se um Estado federal, isto é, uma federação composta de seis repúblicas: Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia e Montenegro. Na década de 1970, foram criadas duas províncias autônomas, Kosovo e Voivodina, embora subordinadas à Sérvia.

A etnia mais numerosa era a dos sérvios, cristãos ortodoxos que constituíam mais de um terço da população da Iugoslávia. Eles ocupam a República da Sérvia, são maioria em Voivodina e representam minorias nas demais repúblicas. Os croatas, de formação católica, eram a segunda etnia mais numerosa, representando cerca de 20% da população iugoslava. Três quartos vivem na Croácia, e o restante está espalhado pelas demais repúblicas e províncias. Os eslovenos constituíam o terceiro povo mais numeroso da federação, representando 8% da população. Estão concentrados na Eslovênia, entre a Croácia e a Áustria. Os albaneses são quase tão numerosos quanto os eslovenos e constituem a maioria da população da província de Kosovo, os kosovares. Além de macedônios e montenegrinos, que predominam respectivamente na Macedônia e em Montenegro, a região conta com numerosas minorias étnicas, como húngaros e turcos.

Essa profunda diversidade étnica foi a raiz da divisão do país em várias repúblicas, pois a população majoritária de cada região reivindicava autonomia.

Em 1945, a Iugoslávia adotou o sistema socialista. Porém, a partir de 1948, o país se rebelou contra o rígido controle exercido pela União Soviética e passou a adotar uma linha independente entre os países socialistas. O presidente Tito, que governou o país de 1945 até a sua morte, em 1980, era um dos líderes dos países não alinhados.

Titó conseguiu manter a Iugoslávia unida. Sua estratégia era equilibrar o poder das várias repúblicas. Daí a divisão da Sérvia e a criação das províncias autônomas de Voivodina e Kosovo. Como ele previa que poderiam surgir problemas após a sua morte, estabeleceu um sistema rotativo para a presidência do país entre as seis repúblicas da federação.

Esse sistema não deu resultado. No início da década de 1990, as divergências políticas se tornaram insuperáveis. Em maio de 1991, os sérvios impediram a posse do croata Stipe Mesic na presidência do país. Eles temiam que um presidente croata atendesse às reivindicações da Croácia e da Eslovênia – as repúblicas mais ricas –, que pretendiam estabelecer uma confederação de Estados soberanos.

A Croácia e a Eslovênia reagiram e, contando com apoio internacional, sobretudo da Alemanha, declararam sua independência em junho de 1991. O governo central, dominado pelos sérvios, ordenou um ataque do exército federal contra esses dois países.

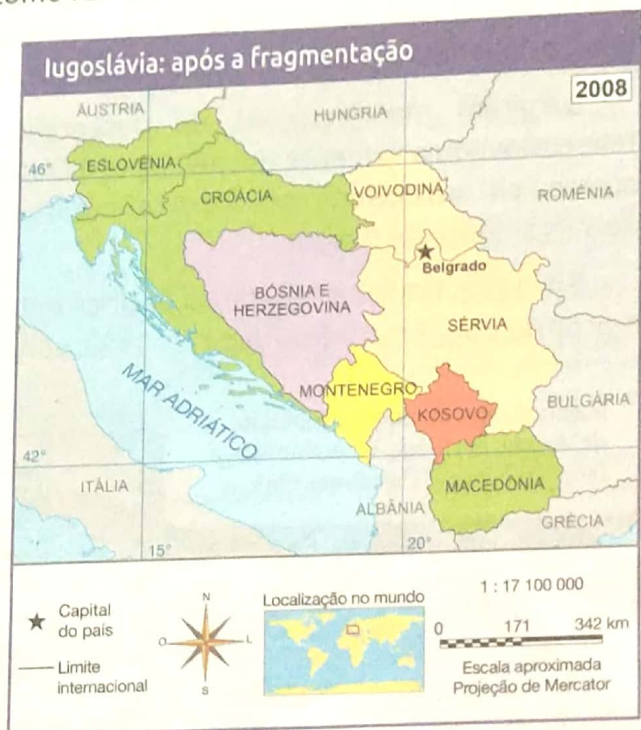
Na Eslovênia, a guerra foi curta, garantindo a vitória ao novo país. Na Croácia, ao contrário, os combates se prolongaram por mais de seis meses, o que causou muita destruição e milhares de mortes. Nesse país, a proporção de sérvios na população era bem maior que na Eslovênia (12% e 2,2%, respectivamente).

Em 15 de janeiro de 1992, a Comunidade Econômica Europeia reconheceu a independência da Croácia e da Eslovênia, tornando oficial o seu desmembramento da Iugoslávia. Sua divisão prosseguiu com o desligamento da Macedônia e da Bósnia e Herzegovina e, em 2006, Montenegro decidiu se separar da Sérvia.

Kosovo e Voivodina continuam com situações indefinidas. A independência de Kosovo foi reconhecida pelos Estados Unidos e principais países da União Europeia, mas a Sérvia, apoiada pela Rússia, não a reconhece, assim como fazem a maioria dos sérvios em Kosovo.



CALENDÁRIO Atlante de Agostini. Novara: Instituto Geográfico de Agostini, 2008. Adaptação.



CALENDÁRIO Atlante de Agostini. Novara: Instituto Geográfico de Agostini, 2008. Adaptação.

Tchecoslováquia

Em 1918, depois de permanecerem por muitos séculos sob domínio estrangeiro, dois povos de origem eslava - tchecos e eslovacos - proclamaram a República da Tchecoslováquia. Desde a época de sua formação, houve rivalidade entre esses dois povos, e a possibilidade de separação sempre esteve presente.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os eslovacos conseguiram manter uma nação separada. Contudo, terminada a guerra, o país foi reunificado e assim permaneceu até 1993, quando surgiram oficialmente as duas repúblicas: República Tcheca e Eslováquia.

Os fatores que levaram à divisão do país em duas repúblicas não foram apenas de ordem econômica, mas, principalmente, de caráter social, por causa do desgaste do socialismo. A falta de liberdade e a insatisfação popular tomaram conta do país. Em 1968, diante dos apelos da população, o governo propôs a realização de importantes mudanças no sistema econômico e social, visando a um socialismo de "face humana", isto é, mais democrático, apesar da manutenção do poder pelo Partido Comunista.

Essas mudanças ficaram conhecidas como Primavera de Praga e compreendiam basicamente as seguintes medidas:

- ▶ garantia de direitos individuais e liberdade de expressão;
- ▶ criação de cooperativas agrícolas independentes do governo;
- ▶ participação dos trabalhadores nas decisões das empresas, com direito a escolher o que produzir e para quem vender a produção;
- ▶ formação de sindicatos sem a tutela do governo.

No entanto, a União Soviética, temendo que essas mudanças se espalhassem por outros países da sua área de influência, usou a defesa do socialismo como pretexto para invadir a Tchecoslováquia e sufocar o movimento que caminhava em direção à liberdade.

Surgiram manifestações de desagrado, mas o socialismo deixou de existir na Tchecoslováquia somente um mês após a Queda do Muro de Berlim (novembro de 1989). Isso ocorreu em um episódio que ficou conhecido como a Revolução de Veludo, por não ter havido derramamento de sangue.

Em 1992, houve a separação pacífica entre tchecos e eslovacos, constituindo cada povo o próprio país. Em 1º de janeiro de 1993, surgiram oficialmente as duas repúblicas.

Manifestantes durante a Revolução de Veludo, em Praga, Tchecoslováquia (atual República Tcheca), em 1989

